



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 167/2020

O **MUNICÍPIO DE SOLEDADE**, pessoa jurídica de direito público interno, cadastrado no CNPJ/MF sob o nº 87.738.530/0001-10, com sede administrativa na Avenida Júlio de Castilhos, nº 898, Soledade, RS, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal, denominado **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa **SOLAR SANTA TEREZA**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 32.854.976/0001-18, com sede na Rua Coronel Camisão, nº 324, Coronel Camisão, nº 324, Centro, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal de nº 8.666/1993, bem como na decisão judicial proferida nos autos do processo de nº 5003010-96.2020.8.21.0036/RS, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços para abrigamento da senhora *Ebraima Colares Pereira*, cadastrada no CPF nº 251.246.840-20, conforme determinado nos autos da ação judicial de n. 5003010-96.2020.8.21.0036/RS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

2.1- Funcionários e equipamentos necessários para execução dos serviços serão por conta da **CONTRATADA**, assim como todos os encargos.

2.2 - É dever da **CONTRATADA** estar em dia com as obrigações exigidas em lei, em especial o das habilitações jurídica, econômica-financeira, técnica e regularidade trabalhista, conforme artigos 27 a 31 da Lei de Licitações e Contratos.

2.3 - A **CONTRATADA** não tem qualquer responsabilidade por danos decorrentes de atos ou omissões que não aqueles aos quais expressamente se obriga, pelo presente contrato e nas condições ajustadas, a praticar ou se abster.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1- Pela execução dos serviços descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor mensal de **R\$ 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais)**.

3.2 - São de responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com encargos sociais.

3.3 - O pagamento será efetuado 5 (cinco) dias, após o recebimento da nota fiscal acompanhada pelo atestado de fiscalização do contrato emitido pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato é de 06 (três) meses, a contar de 17 de outubro de 2020, podendo ser prorrogado, por igual período, ficando adstrito ao respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES

5.0 - São obrigações da **CONTRATADA**:

- executar os serviços de acordo com os ajustes pactuados neste Contrato;
- observar na execução dos serviços, os princípios de boa técnica e qualidade;
- quando da realização dos serviços, submeter-se a fiscalização da **CONTRATANTE**;
- utilizar seus equipamentos necessários à execução do objeto, com despesas as suas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

expensas.

e) disponibilizar pessoal técnico apto à realização dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: RESPONSABILIDADES

6.1 - São responsabilidades da **CONTRATADA** os danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.2 - A **CONTRATADA** não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: MULTAS E PENALIDADES

7.1 - Para a inexecução total ou parcial do contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

I - Advertência.

II - Rescisão de contrato.

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o **CONTRATANTE** enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será concedida somente quando a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.2 - Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total reajustado da contratação, quando a **CONTRATADA**:

a) criar embargos à fiscalização;

b) transferir ou ceder suas obrigações no todo ou em parte a terceiros;

c) executar os serviços em desacordo com as normas ou especificações;

d) desatender as determinações da fiscalização;

e) cometer qualquer infração das normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

f) não iniciar sem justa causa a execução dos serviços contratados no prazo fixado;

g) recusar-se ou atrasar a execução do todo ou partes, sem justa causa, os serviços contratados.

h) praticar por ação ou omissão qualquer ato que por negligência, imprudência ou imperícia, dolo ou má fé, venha causar danos o **CONTRATANTE** ou a terceiros, independente da obrigação da **CONTRATADA** em reparar os danos causados.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: O CONTRATANTE possui a obrigação de cumprir este contrato na forma da Lei e deste instrumento.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO e DA SUSPENSÃO CONTRATUAL

9.1 - Será rescindido o presente instrumento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem direito a indenização de qualquer espécie, sempre que a **CONTRATADA**:

a) não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer das obrigações deste contrato;

b) sub-contratar, transferir ou ceder, parcial ou total o contrato a terceiros;

c) executar trabalhos com imperícia técnica;

d) for instaurada insolvência civil ou falência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

- e) atrasar injustificadamente o início ou execução dos serviços;
- f) óbito do internado;
- g) revogação da decisão liminar que ensejou o abrigo;
- h) desnecessidade da contratação;
- i) abandono total ou parcial do serviço;
- j) falência ou insolvência da empresa;
- k) Não realizar os serviços na forma da cláusula primeira deste contrato;
- l) Qualquer situação justificada pela administração na forma da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: os serviços prestados, bem como o cumprimento das cláusulas estabelecidas no presente contrato pela **CONTRATADA**, serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**.

9.2 - Este contrato será rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do **CONTRATANTE**, mediante termo próprio e medida rescisória, recebendo a **CONTRATADA** o valor dos serviços já executados até o momento da rescisão.

9.3 - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

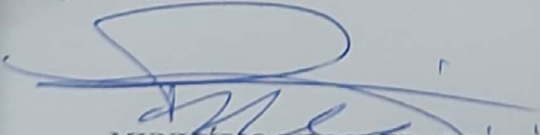
CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização pelo fiel e total cumprimento das obrigações emanadas do presente instrumento administrativo ficará a cargo de servidor público designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

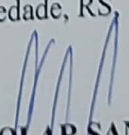
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.0 - As despesas para o pagamento dos valores constantes no presente instrumento administrativo serão pagas pelas seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente: (SERVIÇOS ASSISTÊNCIA SOCIAL – RECURSOS PRÓPRIOS)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Soledade para as questões resultantes deste contrato.


E por estarem justas e contratadas as partes, firmam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

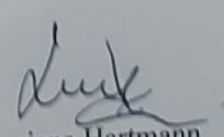
Soledade, RS, 17 de outubro de 2020.


MUNICÍPIO DE SOLEDADE
PAULO RICARDO CATTANEO
Prefeito Municipal
CONTRATADA


SOLAR SANTA TEREZA
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas


Giovany Spinelli de Almeida
OAB/SC nº 41.666
OAB/RS nº 103.103A


Luciana Hartmann
Auxiliar Administrativo
Fiscal do Contrato

Registrado sob nº 167/2020

Soledade, 17.10/2020